

# DISCURSO DE POSSE DA ACADÊMICA AMINI HADDAD CAMPOS

**Antônio Cesário Neto**, primeiro ocupante da Cadeira 39, nasceu em 30 de outubro de 1902, em Cuiabá. Homem de grande cultura, incomparável filólogo, com desenvoltura do francês, inglês, alemão e espanhol. Publicou inúmeros trabalhos, são eles:

*O Étimo do Preto,*  
*Uma Etimologia Incerta,*  
*O Infinito Pessoal e Impessoal,*  
*Na Pista do Rocinante,*  
*Do Cruzamento Sintático na Língua Portuguesa,*  
*O Topônimo,*  
*Formação de Palavras, e*  
*O Sentido Linguístico e Social de Camões.*

Com sua inteligência ímpar, alcançou publicações até na Alemanha. Publicou em revistas brasileiras e estrangeiras. A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul adotou a sua obra, *O Sentido Linguístico e Social de Camões*, no curso de pós-graduação em linguística e letras.

Foi professor de línguas em diversas instituições de ensino, inclusive na Universidade Federal de Mato Grosso.

Cursou a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, contudo, abandonou-a no segundo ano para dedicar-se a uma grande paixão, o estudo de línguas.

Um grande homem nas letras e na História.

**Maria Benedita Deschamps Rodrigues**, conhecida por todos pelo carinhoso epíteto de Dunga Rodrigues, foi, pois, a segunda ocupante da Cadeira 39. Nasceu no dia 15 de julho de 1908, em Cuiabá, e faleceu em Santos, no dia 6 de janeiro de 2002, aos 93 anos.

Diplomada em piano e harmonia pelo Conservatório Musical de Mato Grosso e pelo Conservatório Brasileiro de Música, no Rio de Janeiro, obteve registro no Instituto Villa Lobos, no Estado do Rio de Janeiro.

Fez extensão em francês, português, latim e linguística, por um período de quatro anos. Fez também cursos de extensão em história da arte, metodologia do ensino e sociologia educacional. Lecionou português e francês no Liceu Cuiabano, no Ginásio Brasil e na Escola Técnica Federal de Mato Grosso.

Publicou treze livros, são eles:

*Reminiscências de Cuiabá;*  
*Roteiro Musical da Cuiabania: a arte em Cuiabá;*  
*Roteiro Musical da Cuiabania: Simaringo;*  
*Roteiro Musical da Cuiabania: Dr. Antônio Pedro de Figueiredo;*  
*Roteiro Musical da Cuiabania, José Américo;*  
*Marphysa*, romance de costumes;  
*Os Vizinhos*, diário romanceado;  
*Cuiabá*, roteiro das Lendas;  
*Cuiabá ao longo de cem anos;*  
*Uma aventura em Mato Grosso;*  
Lendas de Mato Grosso;  
*Colcha de Retalhos e*  
*Movimento musical em Cuiabá.*

Além desses livros, possui outras publicações em periódicos.

A cuiabana, Dunga Rodrigues, é reconhecida e imortalizada pela arte.

Ainda em vida, emprestou seu nome a diversos logradouros públicos, bem como praças.

Em Cuiabá, deu denominação ao teatro de Arena, do Centro Cultural Carlos Drummond de Andrade, conforme o decreto municipal 1997, de 28 de dezembro de 1998.

Denominou, ainda, uma Praça no Cuiabá Tênis Clube, em 1988, e uma segunda Praça no Shopping Goiabeiras, em 1993.

Possui também o seu nome na escola estadual localizada na Avenida Cel. Sérgio Júlio De Vito, no Parque do Lago, em Várzea Grande, bem como no Conservatório de Música onde lecionou piano.

Dunga é considerada ícone da cultura cuiabana, inclusive como divulgadora do rasqueado, lado-a-lado com Zulmira Canavarros.

Como pianista e professora, teve seu trabalho elogiadíssimo pelo Ministério da Cultura e Centro de Música Brasileira de São Paulo.

... E fiquei bastante feliz em perceber algumas coincidências interessantes nas nossas vidas...

Somos cuiabanas, com vínculos musicais. Ela, pela expressão inigualável do piano. Eu, pelo balé clássico. No entanto, a música, resultou para mim até em casamento, e acabei me apaixonando por um violinista e promotor de justiça maravilhoso, meu marido Joelson.

Iniciamos os estudos no colégio de freiras, sob a orientação do sistema Notre Dame de Lourdes. Dedicamo-nos ao estudo de línguas, destacando-se, pois, o inglês e o francês.

Ah!... E a nossa eterna Dunga registrou, em uma entrevista, confiada ao *Diário de Cuiabá*, em 17 de dezembro de 2000, uma parte de sua história que muito me emocionou...

Dizia ela que, assim que aprendeu a andar, fugia todos os dias para a casa da avó. Enfatizou na entrevista: “minha avó tinha um espírito muito calmo, conciliador e inteligência superior. Muita gente ia até ela para pedir conselhos. Eu ficava a ouvir as histórias”.

Pois, tenho a mesma história com relação à minha querida avó, Amini Haddad, inspiradora do meu nome.

Até hoje, aos 82 anos, essa grande mulher, Delegada do Tribunal de Contas da União, aposentada, destaca-se como atuante intelectual e, assim, recebe visitas de muitos, em razão de sua admirável inteligência. Algumas pessoas ficam para receber alguns conselhos, até emocionais.

Pois é, cara antecessora Dunga Rodrigues, tais coincidências fizeram-me, além de muito admirá-la, a amá-la.

Uma mulher incomum para o seu tempo, como bem fez destacar o Desembargador António de Arruda:... *Dunga Plural*.

Ainda, caro receptor, presidente desta Casa, Dr. Carlos Gomes de Carvalho...

Não poderia deixar de reconhecer seu brilho e tenacidade. Homem de trajetória louvável, com dezenas de obras publicadas e produções poéticas. Pessoa honrada, que muito engrandece nosso Brasil pelos seus conhecimentos, trabalhos e desenvoltura frente às instituições. Possui cursos de especialização universitária, destacando-se, pois, os realizados nos Estados Unidos, Washington, e na Espanha, Madri. Ainda, está em doutoramento, também nesse mesmo país.

Desenvolveu inúmeras atividades profissionais, como advogado, professor de Direito Ambiental, Ex-Procurador Geral e ex-Consultor Jurídico da presidência da Assembleia Legislativa.

Hoje, além de escritor renomado, destaca-se como Procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Obrigada, caro presidente, por cada palavra de sua oratória a mim dirigida.

Agradeço de igual forma a todos, meus sábios irmãos dessa Casa, pela confiança depositada... De todo o meu coração.

Nesta oportunidade, temos também as palavras de honra...

Não poderia me calar diante de ideais que me movem a alma.

Desde a infância, os valores familiares levaram-me a olhar o outro sempre com sentimento de solidariedade.

Contudo, a modernidade prega o imediatismo, o materialismo e o individualismo.

Quem pode sobreviver a isso?

Mas, o que são valores?... Isso me faz rememorar as palavras do psicólogo americano, WATSON.

Assim ele dizia: -“Dê-me doze crianças sadias, de boa constituição, e a liberdade de poder criá-las à minha maneira. Tenho certeza de que, se escolher uma delas ao acaso, e poder educá-la convenientemente, poderia transformá-la em qualquer tipo de especialista que eu queira: médico, advogado, artista, grande comerciante, e até mesmo em mendigo e ladrão. Independente de seus talentos, propensões, tendências, aptidões, vocações e da raça de seus ascendentes”.

Nesse determinismo exacerbado de Watson, vale-nos repensar certas estruturas de conceituação...

Afinal, a complexidade inerente aos fenômenos humanos, sejam estes psíquicos, sociais ou econômicos, resistem às tentativas de simplificação.

Em Física, por exemplo, ao estudar as condições de pressão, volume e temperatura, é possível simplificar o fenômeno, tornando constante um desses fatores.

O comportamento humano, entretanto, resulta de múltiplas influências, como hereditariedade, meio, impulsos, desejos, memória, bem como da ação da consciência e da bondade, o que o torna um fenômeno extremamente complexo.

E é nessa concepção de relativismo, que necessário se fez a conquista da positivação dos direitos humanos.

A ideia dos direitos humanos é, como se sabe, relativamente nova na história mundial. Concretamente, é a positivação das declarações de direitos do século XVIII, nomeadamente a Declaração de Virgínia, de 1776, e a declaração francesa, de 1789, que expõe ao mundo um sentido inovador e profundamente revolucionário sobre a condição humana.

As lutas políticas e sociais, que se seguiram na América e na França, tornavam evidente a conquista de sociedades cada vez mais secularizadas, em que os indivíduos não podiam mais estar seguros dos regramentos oriundos de castas e estamentos, estes, então, definitivamente abalados.

Outra espécie de protocolo de proteção a seus membros fazia-se necessária.

As declarações de direitos, tomados como universais, ofereciam a promessa desejada, de estabilidade na tutela de bens, então considerados primordiais.

Em verdade, como assinalou Hannah Arendt, considerada uma das maiores filósofas da modernidade, “os humanos não nascem iguais, nem são criados igualmente por conta da natureza. Somente a construção artificial, de artifício humano, imprime um sentido igualitário, atribuído aos seres humanos, então considerados como portadores de direitos, que podem, de fato, afirmar a igualdade, ou renovar sua busca”.

Pode-se afaçar, sem dúvida, que o grau de civilidade alcançado por uma sociedade determinada está em relação direta e unívoca com o estágio de garantia, efetiva, então conferida aos direitos humanos. As palavras de Marx sobre os direitos humanos e a questão judaica jamais foram desmentidas por suas obras posteriores.

Para Marx, a proclamação dos direitos do homem apenas materializava a cisão, típica das sociedades burguesas, entre o homem e o cidadão. Para ele, toda sociedade existe unicamente para garantir, a cada um de membros, a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade.

Contudo, LEFORT chama atenção para o silêncio de Marx sobre dois artigos da Declaração dos Direitos do Homem: o artigo 10, onde se lê “ninguém pode ser hostilizado por suas opiniões, mesmo religiosas; e o artigo 11, que assinala “a livre comunicação de pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem”.

Por que esse silêncio de Marx?

A emergência do fenômeno totalitário do século XX haveria de conferir a este tema uma premência inédita e, de todo modo, imprevisível pelas gerações que a antecederam.

Pode-se de pronto concordar com a assertiva segundo a qual o totalitarismo se erige sobre as colinas dos direitos humanos.

É, precisamente, a experiência dos registros totalitários, como da União Soviética de Stalin e da Alemanha de Hitler, e infelizmente, não apenas esses dois, que irá erguer a realidade incontrastável de indivíduos transformados em “mônodas” (Em Gnosticismo: Ser Supremo), de homens absolutamente apartados de outros homens.

É com base nesta experiência limite, cujo arquétipo de humanidade foi construído com os GULAGS (Campos de trabalho forçado da ex-União Soviética-URSS, criados após a Revolução Comunista de 1917, para abrigar criminosos e “inimigos” do Estado) e os campos de extermínio, que devemos considerar os direitos humanos como nossa referência última.

Sempre que os considerarmos assim, estaremos diante de um poderoso instrumento de questionamento das realidades concretas, incluindo-se aí o questionamento do próprio Estado.

Mas, qual seria a relação dos direitos humanos com a cultura e a arte?

Para obtermos a resposta basta indagarmos: o que seria da cultura e da arte se inexistisse homens e mulheres.

Este é um desprezioso convite filosófico à vida.

Afinal, a expressão humana é algo além das contextualizações materiais, apesar de se identificar com as vivências históricas, coletivas e individuais. A singularidade ou complexidade de limites temporais únicos. És tu em essência um pouco do todo, na individualidade de uma combinação genética única. Isso poderia ser entendido como dedução criacionista, metamorfoseada pelos critérios da personificação do caráter e caracteres, diante da teoria de Darwin, colocando-os como seres evoluídos e em evolução.

Contudo, a pluralidade de Habermas *In* “O discurso filosófico da modernidade”, faz-nos descobrir um pouco do lado sombrio das faces sorridentes: O pronome nós, cada vez mais singular.

Com essa ordem de ideias, Hannah Arendt considerou: “a época moderna, com sua crescente alienação do mundo, conduziu a uma situação em que o homem, onde quer que vá, encontra apenas a si mesmo”.

Nesse isolamento, o silêncio se faz prece e o culto expressa-se como cultura, quando em realidade, mecaniza-se o conhecimento em regras e técnicas de um saber mudo, surdo e quase cego.

As diversificações culturais são castradas por códigos de classificação, limitando pensamentos e expressões da vida.

Poderíamos dizer: as histórias da humanidade, na sua incomensurável diversidade e disparidade, por vezes confusas dos homens e das coisas, levaram-nos a uma humanidade perversa, completamente vazia.

O homem perdeu sua identidade e sem ela busca cultuar frases de autoajuda como divindade, sem reconhecer em si mesmo a grande beleza das pequenas coisas, do simples viver.

A utilidade tornou-se necessária à materialização do pensamento. Sob esse prisma, limita-se e tolhe-se a grande percepção cultural de um povo, a liberdade.

Do culto à cultura?

Ou, em verdade, invertemos a ordem, justificando a cultura como algo além de nós... Distante dos homens, como expressão tão somente dos deuses.

Repensemos Darwin, sem o critério da utilidade, para que possamos desenvolver nossas divinas potencialidades natas. Certamente, o ser será muito mais humano.

Aliás, atreve-se à busca de verdade, seja qual for ela, mas que seja sempre verdadeira em essência, para sua época histórica... Limite temporal da ciência... Acreditemos que, no exercício da liberdade d’alma possamos ser melhores amanhã, ou, pelo menos, conscientes de nós mesmos.

A cultura sem culto... Simplesmente humana.

É a minha mensagem sincera.

Obrigada a todos.